



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1011427-36.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizações Regulares**
 Requerente: **Wagner Tadeu Silva Prado**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos,

Dispensado o Relatório, na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/95.

Fundamento e decido.

O autor, Policial Militar, tendo sido convocado a frequentar o Curso Superior de Polícia (CSP-I/2016) na cidade de São Paulo pelo período de 01/03/2016 a 01/07/2016, pleiteia o pagamento de diárias de diligência durante o todo período em que pernitoou fora de sua residência, como forma de indenização.

Sobre o caso o Decreto nº 48.292/03, assim prevê em seu artigo 1º, § 1º:

Artigo 1º - A concessão de diárias aos servidores da Administração Centralizada e das Autarquias, bem como aos componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, com o objetivo de indenizar despesas com alimentação e pousada, far-se-á de acordo as disposições deste decreto.

§ 1º - Observados os princípios da moralidade e do estrito interesse do serviço público, a diária poderá ser concedida ao servidor ou policial militar que se deslocar temporariamente da respectiva sede, no desempenho de suas atribuições, na realização de diligência policial militar ou em missão ou estudo, dentro do País, relacionados com o cargo, a função atividade, o posto ou a graduação que exerce.

Ocorre, porém, que o § 3º do mesmo artigo estabelece

1011427-36.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

que:

Não será concedida diária:

(...)

2. quando o deslocamento do servidor ou policial militar constituir exigência permanente do seu cargo, função atividade, posto ou graduação.

O deslocamento do autor deu-se em razão de convocação para Curso Superior de Polícia (CSP-I/2016).

A frequência era obrigatória, como admitido pelo próprio autor, o que denota a característica de especialização profissional do curso em tela.

Deste modo, verifica-se que a participação no curso em questão é exigência permanente do seu cargo, não sendo hipótese de pagamento de diárias.

Ainda verifica-se que não houve alteração do autor para Município diverso para desempenho de atribuições, realização de diligência policial ou em missão ou estudo e sim seu deslocamento para constituição de exigência permanente de seu cargo, pelo o que a lei veda a concessão da diária de diligência.

Nesse sentido, por analogia:

"APELAÇÃO CÍVEL. AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DIÁRIAS. DESLOCAMENTO PARA FREQUENTAR CURSO DE FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL. Pretensão do autor ao recebimento de diárias, em razão de seu deslocamento, para frequentar o Curso de Formação Técnico Profissional. Ação julgada improcedente na origem. Sentença mantida. Impossibilidade de recebimento das diárias, diante de expressa vedação legal, porque a realização do aludido curso constitui exigência para a permanência no cargo ou função. Inteligência do art. 144, § 2º, da Lei nº 10.268/61, do art. 6º, § 3º, item II, do Decreto nº 48.292, de 02.12.2003 e do art. 6º, inciso I, da LC n. 959/04. Recurso de apelação não provido" (Apelação nº 0001355-36.2014.8.26.0590 Rel. Djalma Lofrano Filho).

ISTO POSTO, julgo **IMPROCEDENTE** a ação.

Sem custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Araraquara, 21 de novembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

1011427-36.2018.8.26.0037 - lauda 2